

JE

Jornal dos Economistas

Nº 389 Janeiro de 2022

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Três anos de crises

Lena Lavinas, Jaime Winter León, Rosa Maria Marques, Henrique Pereira Braga, Caroline Tresoldi e Layza da Rocha Soares analisam os três anos de sucessivas crises do governo Bolsonaro.



Fórum avalia os investimentos em saneamento básico no Rio e os impactos da concessão da Cedae

Três anos de crises

Esta edição dedica-se a fazer um balanço dos três anos da administração Bolsonaro.

Lena Lavinas, da Universidade de Londres, afirma que três décadas de construção do Estado social brasileiro foram tragadas em grande parte em apenas três anos. Dentre as várias crises que assolam o Brasil – ética, econômica, sanitária, ambiental, financeira e política –, a crise social é das mais dramáticas. O horizonte para frear a sangria já está posto: outubro de 2022.

Jaime Winter León, do IE/UFRJ, aponta que a crise do governo Bolsonaro é socioeconômica, sanitária, educacional, ambiental, política, institucional e cultural. Cabe ao conjunto da classe trabalhadora, destacando-se as mulheres, mestiços, negros e indígenas, que constituem a maioria da população ativa do país, resistir ao projeto bolsonarista, que não se encerrará com uma derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022.

Rosa Maria Marques, da PUC-SP, avalia que o atual governo constitui uma continuidade do anterior, mas com uma mudança qualitativa para pior. Ambos aplicaram a agenda de reformas de “Uma ponte para o futuro”, que adota os princípios do neoliberalismo para balizar as transformações do Estado e suas políticas. Nossa “brava gente” resiste e segue em frente, não morrendo de batelada por mera teimosia.

Henrique Pereira Braga, da Ufes, e Caroline Tresoldi, da Unicamp, defendem que, diante da inserção do Brasil no padrão de acumulação de capital contemporâneo, o Estado deve ser um meio para reforçar o patrimonialismo e a expropriação, sem o menor verniz de assistência social. A posição brasileira de espaço somente para a acumulação de capital está mais do que reforçada, com destaque para o avanço da autorresponsabilização dos indivíduos e para o aumento da concentração da renda e riqueza.

Layza da Rocha Soares, da UFF, constata que, em paralelo ao agravamento da desigualdade social, intensificou-se no país nos últimos três anos a problemática ambiental, com o aumento do desmatamento, poluição de ecossistemas e destruição das condições de vida de populações tradicionais, consequências do desmonte das políticas ambientais de regulação e fiscalização.

O artigo do Fórum avalia os investimentos em saneamento básico no estado e município e os impactos da concessão da Cedae.

Sumário

Três anos de crises.....	3
Trinta anos em três: o desmonte de um regime de bem-estar em construção	
<i>Lena Lavinas</i>	
Três anos de crises.....	5
Três anos de política econômica da hecatombe: a carne mais barata do mercado segue sendo a negra	
<i>Jaime Winter León</i>	
Três anos de crises.....	7
“Tudo vai bem, tudo legal”	
<i>Rosa Maria Marques</i>	
Três anos de crises.....	9
Entre o local e o global: uma leitura da crise brasileira	
<i>Henrique Pereira Braga e Caroline Tresoldi</i>	
Três anos de crises.....	11
Contribuições do governo Bolsonaro para a crise ecológica	
<i>Layza da Rocha Soares</i>	
Fórum Popular do Orçamento.....	13
Saneamento, sempre o preterido	
Parabéns aos aprovados no exame da Anpec.....	16
Balanco Patrimonial.....	16

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixaivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Conselho Editorial: Sidney Pascouito da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascouito da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023) Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascouito da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva. **Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes. **Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos. **Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Trinta anos em três: o desmonte de um regime de bem-estar em construção

Lena Lavinas*

Dentre as várias crises que assolam o Brasil – ética, econômica, sanitária, ambiental, financeira, política –, a crise social é das mais dramáticas e das que mais vem sendo agravada pelo arbítrio criminoso do Executivo federal. O ataque às instituições públicas, solapando os mecanismos de enfrentamento dos problemas mais urgentes do país e ameaçando o funcionamento da ordem democrática, não poupou setor algum. Nas três décadas que separam a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 e a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, jamais se presenciou tamanho desvelo em destruir, para tornar estéril a crença de que uma nação justa e solidária pode virar no Brasil.

Três décadas de construção do Estado social brasileiro foram tragadas em grande parte em apenas três anos.

Avançou-se no dismantelamento da Seguridade Social, com mais uma reforma previdenciária, retomando e ampliando desonerações de um lado, enquanto, de outro, as consequências de duas reformas trabalhistas seguidas de uma pandemia fragilizaram as contribuições salariais. As contas da Seguridade Social se ressentem também do baixo crescimento, que compromete as demais fontes de financiamento, notadamente da saúde e da assistência.

O piso da saúde *per capita*, por exemplo, reverteu tendência de alta observada até 2014 e desde então declina, não tendo sido revaloriza-

do nem mesmo durante a pandemia do coronavírus em 2020. Recuou nesse período de R\$ 596 para R\$ 555¹. Essa depreciação do piso *per capita* sinaliza que o Sistema Único de Saúde, já bastante debilitado antes mesmo da crise sanitária, segue combalido, desfalcado em meio ao estresse da luta contra a Covid-19, que provocou forte elevação dos gastos do setor também em razão de novas enfermidades e tratamentos decorrentes do pós-pandemia. Na origem do problema, o fato de o orçamento do Ministério da Saúde manter-se defasado, amarrado em razão do teto do gasto. Em 2022, o projeto de orçamento para a saúde encaminhado ao Congresso é semelhante ao de 2019, da ordem de R\$ 134 bilhões. A título de ilustração, o faturamento dos planos de saúde – médico-hospitalar e odontológico – alcançou R\$ 229 bilhões em 2020, segundo a ANS (Agência Nacional de Saúde).

O garrote que tolhe a provisão universal em saúde continuará a fazer prosperar a saúde privada, mercantilizada e financeirizada. Desde que abriu capital em dezembro de 2020, a Rede d’Or São Luiz S.A., empresa de ponta no mercado hospitalar privado nacional, figura também entre as 10 maiores empresas em valor de mercado na B3. Está hoje à frente, inclusive, do Banco do Brasil e do BTG Pactual, banco de investimentos. Sua influência política acompanha sua valorização acionária: o Senado acaba de aprovar para quatro diretorias da ANS profissionais até então vinculados ao grupo Rede d’Or – Qualicorp.

Esta última é empresa de intermediação de planos de saúde, cuja estratégia de crescimento, porém, passa pela aquisição de carteiras de planos privados em dificuldade ou de menor porte, fortalecendo a tendência à concentração e centralização de capital no setor.

No governo Bolsonaro, a saúde pública foi para a UTI. O quadro pode agravar-se sensivelmente para a população em geral, se for aprovado o PL 7.419/2006 em debate no Congresso. Ele pretende mudar a Lei dos Planos de Saúde, reduzindo drasticamente o rol de enfermidades cobertas (cujo tratamento será assumido em última instância pelo SUS) e onerando mensalidades para idosos.

Outra dimensão do nosso sistema de proteção social em risco é a política de assistência. A Síntese de Indicadores Sociais 2021 do IBGE nos mostra que a pobreza extrema (US\$ 1,90 PPC) voltou a aumentar a partir de 2015, só tendo recuado excepcionalmente em 2020 com a edição pontual do Auxílio Emergencial, cuja cobertura e valor do benefício romperam critérios e montantes há muito inadequados para minorar com eficácia o grau de destituição de milhões de famílias. A Síntese indicou, igualmente, o fato de viverem na pobreza (US\$ 5,50 PPC) cerca de um quarto dos brasileiros e brasileiras. Num caso como no outro, o desempenho tão celebrado do Auxílio Emergencial mostra que ele não logrou fazer os índices de pobreza recuarem para os patamares registrados em 2014, os menores da série. Estes certamen-



te teriam mantido uma tendência de queda, não fossem as consequências dramáticas de dois anos de profunda recessão que se seguiram, saldadas com o golpe parlamentar de 2016.

Ainda não está claro qual o futuro da política assistencial, dimensão inovadora do sistema de proteção social projetado na Constituição de 1988, que o governo Bolsonaro tenta instrumentalizar para atender a fins eleitorais, engendrando insegurança entre seus beneficiários. O Congresso parece decidido a acompanhar decisão de última instância do STF, que constitucionaliza a garantia de uma renda básica de cidadania às pessoas em situação de vulnerabilidade social, independentemente das restrições fiscais e do calendário eleitoral. Portanto, é provável que o Auxílio Brasil, que veio para substituir o Bolsa Família, inicialmente por tempo determinado, possa ser resgatado para assegurar de forma perene o patamar mínimo abaixo do qual nenhuma/o brasileira/o esteja condenada/o a sobreviver.

O desafio presente, entretanto, consiste em assegurar que, após tantos anos de experimentos e aprendizados, se possa finalmente configurar um benefício assistencial que garanta o atendimento de um conjunto de necessidades básicas às famílias em situação de risco. Até porque o efeito demonstrado mais destacado do Auxílio Emergencial, adotado em meio à pandemia, foi demonstrar que um programa assistencial pode ser eficaz em reduzir a pobreza e a desigualdade, além de sustentar a atividade econômica, se adequadamente parametrizado. Ou seja, é provável que se tenham vencido – ao menos em parte – preconcei-



tos contra o direito a um mínimo de sobrevivência digno.

Mas a política assistencial, que deve ser finalmente garantida como direito, pode pouco sem a recuperação dos salários e do emprego. Se as expectativas de retomada da atividade econômica nada têm de promissoras, o abandono deliberado da política de valorização do salário mínimo no governo Bolsonaro, com reajustes sempre abaixo da inflação, feriu ainda mais gravemente o bem-estar da classe trabalhadora. Pelo visto, de novo, em 2022, deve prevalecer essa mesma lógica, a despeito do pico da inflação que compromete o consumo vital da população. O mecanismo mais potente e redistributivo de regulação dos salários, com impactos imediatos e significativos na qualidade de vida e na redução da pobreza, foi extirpado do aparato institucional do Estado brasileiro.

Segundo cálculos do Dieese, o valor do salário mínimo para honrar corretamente as despesas essenciais de uma família deveria ser de R\$ 5.969,17 mensais (em novembro de 2021), quase seis vezes mais que seu valor nominal. Ou seja, o

grau de carência e destituição da população brasileira é agudo e demanda um enfrentamento consequente. Os brasileiros são pobres, sim, antes de mais nada porque extremamente mal remunerados.

E a tendência de queda dos rendimentos do trabalho capturada pela Pnad Contínua persiste. A lenta criação de postos de trabalho se dá com remunerações aviltadas (11% a menos entre o terceiro trimestre de 2021 *vis-à-vis* o mesmo período em 2020).

Entende-se, assim, por que a dívida das famílias brasileiras com o setor financeiro só faz crescer, de forma quase linear, agora representando 59,24% da renda disponível acumulada em 12 meses (Banco Central do Brasil, 2021). Apenas 30% do saldo de crédito às famílias é imobiliário. Ou seja, o recurso ao crédito não tem por objetivo acumular ativos. O grosso é crédito recursos livres, assinalando que não há milagre para se sobreviver no Brasil se não for pelo endividamento constante. Tomam-se empréstimos facilitados pelos bancos e incentivados pelo Estado, para rolar, renovar e expandir as dívidas do dia a dia, o que significa que a repro-

dução da força de trabalho hoje, via setor financeiro, encareceu significativamente, porque embute juros – e juros, ademais, proibitivos. Juros em alta, pois com o aumento da Selic para 9,25% em dezembro de 2021, o *spread* no crédito pessoa física vai explodir. Analisando-se por faixa de renda, predominam entre os inadimplentes, *vis-à-vis* as instituições financeiras, as famílias cuja renda é inferior a dois salários mínimos mensais.

A expropriação financeira da classe trabalhadora, a ativa e a inativa (aposentados), não poupa os beneficiários do Auxílio Brasil. Estes já estão autorizados a solicitar liberação de empréstimo consignado. A margem consignável é de 40% do benefício. Sua inserção financeira é objetivo explícito do Programa e vem detalhada no decreto de criação. Não bastasse isso, o FGTS deve agora servir para refinar os brasileiros negativados para que possam dar início a um novo ciclo de endividamento, reduzindo riscos para o setor financeiro. Há 85 milhões de brasileiros endividados e mais de 60 milhões inadimplentes, segundo a Serasa Experian.

Tomará tempo reconstruir as bases de um sistema de proteção social solapado para dar lugar ao endividamento estrutural, que alimenta a expropriação financeira para concentrar, na outra ponta, a riqueza. Indispensável agora é termos um horizonte para frear a sangria. E ele já está posto. Em outubro de 2022.

* É *Leverhulme Visiting Professor* na SOAS da Universidade de Londres e professora titular do Instituto de Economia da UFRJ.

1 Ligia Bahia *et al.* A Tragédia Brasileira do Coronavírus. *Insight-Inteligência*, n.93, abril/maio/junho 2021, pp. 60-89.

Três anos de política econômica da hecatombe: a carne mais barata do mercado segue sendo a negra

Jaime Winter León*

Crisis. Esta talvez seja a palavra que mais venha à mente da observadora ou do observador que se dedica a realizar uma análise de conjuntura sobre os três anos de governo de Jair Bolsonaro até aqui. A crítica da economia política demanda que o caráter “natural” da vida social seja refutado e que uma explicação totalizante e histórica seja construída. Crise socioeconômica; crise sanitária; crise educacional; crise ambiental; crise política; crise institucional e crise cultural: afinal, quantas crises o governo Bolsonaro é capaz de forjar ou intensificar? Não tenho a pretensão de discorrer sobre todas essas possibilidades, basta desenvolver a seguinte afirmação: o Brasil passa por uma crise orgânica, no sentido gramsciano do termo (econômica, social, política, ideológica) e o governo Bolsonaro, até o presente momento, requer uma análise daquilo que chamo de “economia política de genocídio através de políticas econômicas de hecatombe social”.

A fim de não deixar a pergunta supracitada sem nenhuma resposta, gostaria de explorar perspectivas que muitas vezes são colocadas como questões secundárias na discussão econômica. Tais temas são tratados como se não fossem centrais para pensar a economia bra-

sileira, sendo preteridos nos noticiários e debates dos agregados macroeconômicos ou nas discussões sobre organização industrial e possibilidades de expansão das firmas. Quero analisar o estado de calamidade em que se encontram, em especial, a questão racial, a discussão de gênero e a precariedade do mercado de trabalho brasileiro.

Tais tópicos, por dizerem respeito imediato à maioria da população, não podem ser considerados subsidiários, afinal, o governo Bolsonaro deve prestar contas ao conjunto da sociedade. Ademais, desde a ótica da crítica da economia política, em um país com determinantes socioeconômicos tão influenciados por seu passado colonial, patriarcal e escravocrata, tais temas têm uma unidade e interseccionalidade que demandam sua apreciação a partir de uma visão totalizante. Como apontou a crítica de Bezerra da Silva: a carne negra segue sendo a mais barata do mercado.

A crise socioeconômica é evidente. Nem mesmo a tentativa desesperada, de cunho eleitoreiro, de substituir o principal programa de transferência de renda, o Bolsa Família, pelo Auxílio Brasil pôde jogar para debaixo do tapete o péssimo desempenho socioeconômico do país. Não há como esconder que o Brasil voltou ao mapa da fome. Se-

gundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 2018 e 2020 a fome atingiu 7,5 milhões de brasileiros, enquanto entre 2014 e 2016 esse número era de 3,9 milhões. Num país com 13,5 milhões de desempregados, no 3º trimestre de 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fome, decorrente em parte da falta de empregos, segue sendo um problema grave e com cor. Mas não só a fome. É sabido que a população negra é quem tem sofrido mais os efeitos da pandemia. Em relação à segurança pública, é ela quem mais sofre com a violência institucionalizada do governo Bolsonaro, uma verdadeira política de genocídio, conforme se vê no gráfico 1.

No país onde muito se debateu sobre “democracia racial”, mito cunhado na transição do século 19 para o 20 pelas classes dominantes para justificar os rumos que as sociedade e economia brasileiras estavam passando ao cambiar de um modo de produção escravista para um modo de produção de claras características capitalistas. Difundido pelo pensamento social conservador, tal mito fez com que a violência institucionalizada preparasse todo um arcabouço jurídico para criminalizar diversas das formas de sociabilidade da população afro-brasileira, que viria a constituir a maioria da classe trabalhadora assalariada no país, tanto é que já em princípios do século 20 a questão social era chamada de questão de polícia.

O que falar então da violência racial e cultural contra os povos originários? Faz pouco, vimos a fragilidade em que se encontram tais povos no governo Bolsonaro, ao terem que resistir contra a tentativa de institucionalização do Marco Temporal, que lhes reduziria o direito so-



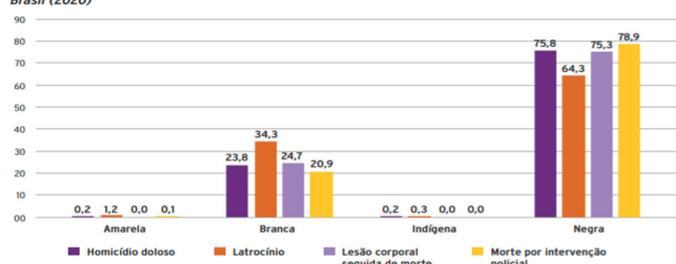
bre terras que originalmente foram retiradas deles à base da força para exploração econômica e ambiental.

Parece razoável afirmar que o governo Bolsonaro não é o principal problema que a economia e sociedade brasileiras enfrentam no momento, mas sim o projeto do bolsonarismo. Este expressa um projeto de Brasil esboçado em um momento da luta de classes em que neoliberalismo e conservadorismo se mesclam de forma inextricável e que vem se desenrolando, pelo menos, desde o alvorecer da crise financeira e socioeconômica de 2007 pelo mundo. O governo de Donald Trump nos EUA, Theresa May e Boris Johnson no Reino Unido, Duterte nas Filipinas, Macri na Argentina e Piñera no Chile são expressões deste movimento que não é nenhuma jabuticaba brasileira.

A especificidade brasileira (latino-americana seria mais apropriado aqui) é o fato de estarmos passando por este momento de amálgama de políticas socioeconômicas neoliberais e repressão político-institucional sem termos completado o processo de formação da Nação brasileira, uma coletividade minimamente autossuficiente e com autonomia para controlar o ritmo, o sentido e a intensidade das transformações socio-

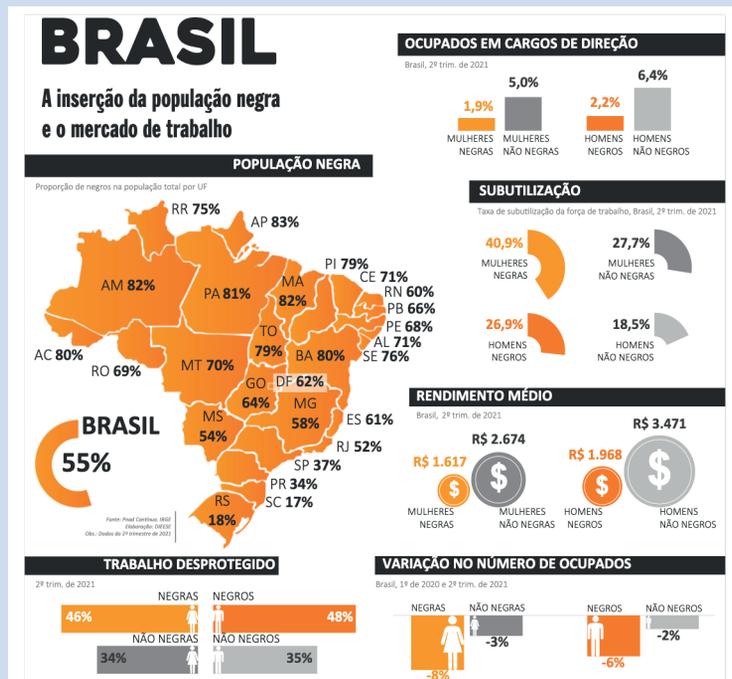
Gráfico 1

Vítimas de Mortes Violentas Intencionais - por tipo de ocorrência e raça/cor Brasil (2020)



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>

Quadro 1 – População negra no mercado de trabalho brasileiro



Fonte: Dieese, com dados do IBGE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>

Tabela 1 – Salário mínimo necessário x Salário mínimo nominal (2019-2021)*

Ano	2019	2020	2021
Necessário	3978,63	5005,91	5886,50
Nominal	998,00	1045,00	1100,00
Razão	3,99	4,79	5,35

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Dieese.
* O mês de referência para cada ano foi outubro.

econômicas por que quer passar e, mais importante, em prol do interesse da maioria de sua população.

Resultantes desta fusão entre neoliberalismo exacerbado por conservadorismo destacam-se a situação dos cortes orçamentários na educação pública, na saúde pública e a contração dos investimentos públicos.

A crise para a população negra em números

Em decorrência do dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) publicou estudo, com dados coletados do IBGE, referentes ao 2º

trimestre de 2021, que lançam luz sobre um traço estrutural da demografia e economia brasileiras: as desigualdades raciais, de gênero e regionais.

Segundo o Dieese, a população brasileira é majoritariamente não branca, sendo que a distribuição da população mostra que somente nos estados da região sul e no estado de São Paulo os negros não são a maioria da população. Ademais, quando pensamos em termos de mercado de trabalho, a desigualdade entre pessoas negras e não negras e entre homens e mulheres fica evidente. Vale lembrar que as mulheres são, no geral, as principais responsáveis pela reprodução social da vida. Na sociedade patriarcal em que vivemos, são as principais encarregadas pe-

las tarefas necessárias à reprodução da vida na esfera privada (dentro de casa), por serem as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, por cuidar das crianças e ainda têm que lidar com as demandas do trabalho assalariado na esfera pública (fora de casa).

Segundo o conceito de trabalho desprotegido, adotado pelo IBGE e que concerne aos trabalhadores autônomos que não contribuem com a Previdência Social, trabalhadores familiares auxiliares e empregados sem carteira assinada, são os negros homens e mulheres, 48% e 46% respectivamente, que se encontram em maior situação de desproteção; contra 35% e 34% no caso de homens e mulheres não negros, respectivamente. Tais discrepâncias reaparecem quando se fala em ocupação em cargos de direção e taxa de subutilização. Sendo que, nesses dois casos, a situação da mulher negra é a pior dos quatro cenários possíveis.

Do total de mulheres negras, apenas 1,9% ocupa cargos de direção, enquanto o percentual entre mulheres não negras é de 5%, homens negros de 2,2% e homens não negros de 6,4%.

Em relação à taxa de subutilização, mulheres negras têm uma taxa de 40,9% de subutilização contra 27,7% de mulheres não negras, 26,9% de homens negros e 18,5% de homens não-negros, conforme o quadro 1.

No que concerne ao rendimento médio, temos que o rendimento das mulheres negras e homens negros são os mais baixos da estrutura salarial brasileira, R\$ 1.617,00 e R\$ 1.918,00 respectivamente.

O caso da remuneração do trabalho é emblemático de um problema estrutural brasileiro, o excedente de força de trabalho em relação às demandas do capital. Neste quesito, o governo Bolsonaro reforçou a tendência de não suprir o mínimo considerado digno para sobrevivência de uma hipotética família brasileira composta de 2 adultos e 2 crianças que consomem como 1 adulto, tal qual é o cálculo do Dieese para encontrar um salário mínimo necessário para responder às necessidades constitucionais de alimentação, saúde, educação, transporte, vestimenta e lazer.

Assim, temos que durante o governo Bolsonaro a razão entre o salário mínimo necessário e o salário mínimo nominal, aquele que o governo usa como referência ao mercado de trabalho formal e pagamentos de benefícios constitucionais da seguridade social, passou de 3,99 em 2019, no começo do governo Bolsonaro, para 5,35 no terceiro trimestre de 2021, indicando uma piora de vida para o trabalhador e trabalhadora brasileira, como se vê na tabela 1.

Apostar que a derrota do governo Bolsonaro em 2022 representa a derrota do projeto bolsonarista, aquela mistura entre neoliberalismo e conservadorismo, seria um erro pueril. Apesar de instalada a crise orgânica durante o governo Bolsonaro, é necessário ter presente que o processo de fascistização da sociedade se prolonga desde pelo menos 2015, representado por uma ideologia irracional e uma base eleitoral que praticamente não se alterou desde a eleição de 2018. Essa base é composta por setores do agronegócio, das frações bancário-financeiras, alguns dos industriais da Fiesp, de parcela ressentida de uma pequena burguesia (classe média) e grupos religiosos conservadores, como a parcela dos neopetencostais. A crise socioeconômica que o bolsonarismo herdou dos anos de governo do PT e do breve mandato de Temer foi alçada a outro patamar quando este projeto político bolsonarista transformou a crise socioeconômica em uma crise orgânica de dimensões ainda não totalmente mensuráveis. Cabe ao conjunto da classe trabalhadora, e aqui, destaca-se a maioria de mulheres, mestiços, negros e indígenas que constituem a maioria da população ativa do país, resistir a tal projeto e não somente ao governo Bolsonaro, pois é a sua carne que está em plena depreciação no mercado há séculos.

* É professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



CLIQUE E OUÇA

“Tudo vai bem, tudo legal”

Rosa Maria Marques*

Que balanço fazer da economia brasileira, isto é, do resultado da condução da política econômica do governo Jair Bolsonaro nesses seus quase três anos de mandato? Fico me perguntando se é possível tratarmos estritamente dos aspectos econômicos sem ter presentes a profundidade da crise sanitária, a destruição do meio ambiente e a tragédia social que hoje configuram a realidade de nosso país. E isso sem considerar outros aspectos que passaram a ser banais no cotidiano de milhões de brasileiros, aspectos antes associados apenas a filmes de terror de terceira linha ou a situações extremas vivenciadas por habitantes de regiões em conflito ou sujeitas a catástrofes que levaram à completa dissolução dos valores sociais modernos. No horror desse cotidiano, nossa “brava gente” resiste e segue em frente, não morrendo de batelada por mera teimosia.

Também me questiono se haveria algum motivo, a não ser o costume largamente adotado pela mídia e pela academia, para realizarmos um balanço ao final de cada gestão. Mas, como sabemos, novo pleito presidencial se avizinha e, nessa circunstância, mesmo um balanço parcial, dado que não envolve os quatro anos do governo, torna-se parte fundamental da retórica, tanto para validar a experiência como para rejeitá-la, e, muitas vezes, serve de instrumento para a construção de uma alternativa. O risco de assim procedermos, no entanto, é deixarmos de ver que, para além da aparência

e da estratégica de comunicação adotada, o atual governo constitui uma continuidade do anterior, daquele que se seguiu ao golpe contra a presidente Dilma Rousseff. Como veremos adiante, essa continuidade não implica que ocorreu o mais do mesmo. Ao contrário, resultou numa mudança qualitativa para pior, tal foi o nível de aprofundamento promovido.

Por último, e na boa tradição da economia política, chamo atenção para a necessidade de se levar em conta a métrica ou ótica que vamos utilizar para fazer tal balanço. Afinal, a condução adotada teve resultados concretos que favoreceram alguns e prejudicaram outros, a depender do lugar em que esses se inserem no processo de reprodução do capital, dos vínculos que estabelecem entre si e mesmo de sua localização na estrutura social desse país tão desigual.

Começemos com o enfoque da continuidade. Para isso, é preciso nos desvestirmos das paixões e enxergarmos para além da aparência, como se estivéssemos avaliando o que ocorreu a partir da perspectiva que só o tempo permite, quando o *mise-en-scène* perde força e a ação ou medida efetiva adquire destaque. O que fica do governo Temer e do atual? A aplicação, passo a passo, das reformas preconizadas no documento “Uma ponte para o futuro”. Lançado em 2015 pelo PMDB, constituía uma agenda de reformas que tinham como objetivo transformar o Estado e suas políticas, sejam elas econômicas ou sociais, tendo como referência os princípios e critérios do neoliberalis-

mo. Entre esses, importância ímpar era e é dada à eficiência, como bem demonstraram Pierre Dardot e Christian Laval, em seu livro *A Nova Razão do Mundo*. Esse princípio foi trazido das grandes empresas, como se o Estado a elas pudesse ser comparado e nunca a primazia do coletivo pudesse impor “tão somente” a eficácia. Dessa agenda, o primeiro destaque quanto ao seu cumprimento fica por conta da aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC95) em dezembro de 2016. Essa, ao contrário do que alguns pensam, não está sendo colocada em xeque pelo governo Bolsonaro. Seja quem for que assuma a presidência da República, o chamado mercado e seus representantes no Congresso Nacional, dado que é improvável que haja uma mudança expressiva de sua composição nas próximas eleições, farão de tudo para torná-la perene. O segundo item da agenda a ser aprovado foi a reforma trabalhista, que recentemente completou quatro anos e parece ter prosseguimento no atual governo. Não há dúvida que parte dos empregos precarizados atuais são resultado da mudança na legislação do trabalho.

O terceiro tópico da agenda foi a reforma previdenciária, que ocorreu já sob o governo Bolsonaro. Entre outros aspectos, ela reduz o valor e dificulta as condições de acesso à aposentadoria, o que deve contribuir para aumentar ainda mais a desigualdade. A isso, se seguiram a retomada das privatizações e a aprovação do Banco Central autônomo ou independente. Ao mesmo tempo, com o passar





dos anos, o congelamento do gasto definido pela EC 95 corrou o orçamento de diversos ministérios, com destaque para os da Saúde, da Educação e da Ciência e Tecnologia. Essas são apenas algumas das investidas realizadas pelos governos pós-golpe com o objetivo de implantar por completo a agenda neoliberal no país. Completar porque esse processo vem de longe, desde o governo de Fernando Collor, somente interrompido nos governos de Lula e Dilma. Embora o governo Lula tenha seguido quase que estritamente os ditames do tripé macroeconômico introduzido no governo de Fernando Henrique Cardoso e não tenha revertido a privatização de empresas importantes, empreendeu avanços significativos no combate à pobre-

za e desigualdade, o que é internacionalmente reconhecido.

Isso tudo foi acompanhado por um desempenho píffo do PIB, desconsiderando os anos de recessão e mesmo o de 2021 que, na melhor das hipóteses, irá situar a economia ao nível de 2013. Como sabido, as projeções para 2022 estão sendo recorrentemente revistas pelo chamado mercado, tudo indicando que estamos entrando numa estagflação. Paralelamente, o processo de desindustrialização se aprofunda e o investimento continua se retraindo, com destaque para a redução da participação do Estado nesse componente. No mercado de trabalho, os desempregados, somados aos desalentados e os subempregados, representam um terço da força de trabalho.

Por sua vez, a renda dos trabalhadores ou domiciliar está em franca redução, fruto da baixa remuneração dos novos empregos precários, do desemprego e da inflação, que afeta especialmente os segmentos de menor renda. Contrastando com esses indicadores, os bancos registram sucessivos recordes em seus lucros, os acionistas da Petrobrás foram brindados com o pagamento em dobro de seus dividendos e os detentores de ativos no exterior têm seu patrimônio ampliado como decorrência da trajetória de desvalorização de nossa moeda. Dito de outra forma, no meio da tragédia econômica e social que estamos vivenciando, o capital financeiro (ou a juros) está indo muito bem, não tendo do que se queixar.

Não fosse isso suficiente, a resposta do governo à inflação foi elevar os juros, o que irá mais uma vez beneficiar os credores da dívida pública e dificultar qualquer tentativa de recuperação da economia. No espaço desse pequeno artigo, não há como aprofundar as questões relativas à inflação, que não constitui um fenômeno local. Mas, de forma resumida, é preciso dizer que, entre outros motivos, deve-se à política predatória dos produtores de petróleo (que reduziram significativamente a oferta), ao desarranjo nas cadeias globais e locais de valor (o que já era previsto no primeiro ano da pandemia) e mesmo à evolução do ciclo das *commodities*. Nessa situação, o governo teria como atuar, descolando o preço dos combustíveis do mercado internacional, intervindo de várias formas em mercados oligopolizados, utilizando-se de estoques reguladores e apoiando a agricultura familiar.

Mas isso seria exigir que o governo fosse outro e não esse ora de plantão. Fica como tarefa para o próximo, portanto, recuperar a capacidade do Estado de fazer política econômica e social que tenha como objetivo servir aos interesses das amplas parcelas da população brasileira e não dos rentistas que, tal como vampiros, sugam a vida e a alma de nossa “brava gente”. Enquanto isso não acontece, recorro ao Gonzaguinha: para esses, “tudo vai bem, tudo legal”.

* É professora titular de Economia da PUC-SP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política.



CLIQUE E OUÇA

Entre o local e o global: uma leitura da crise brasileira

Henrique Pereira Braga*
Caroline Tresoldi**

A fim de compreendermos a crise econômica pela qual o Brasil passa, agravada durante o governo Bolsonaro (2019-2021), cabe localizar o país no movimento geral da economia mundial contemporânea. Sobretudo porque esse movimento condiciona o modo e o ritmo da acumulação dos capitais locais e, por conseguinte, o raio de manobra da política brasileira.

É sabido que, desde os anos 1970, assistimos ao declínio das taxas de crescimento da economia mundial. As razões para tal declínio são complexas, mas um fator importante deve ser sublinhado: a mudança no padrão de acumulação de capital. Em grande medida, o processo de transnacionalização das corporações sediadas nos países centrais, a partir de então, transformou essas empresas em conglomerados globais que operam em rede e permitiu a emergência de outros conglomerados que exploram o próprio caráter em rede da organização econômica contemporânea – como as chamadas empresas de tecnologia. Como consequência dessa mudança, a acumulação dos capitais particulares destes conglomerados passou a ocorrer em diversas frentes, que compreendem desde a produção de mercadorias até as operações com títulos financeiros, cujo fundamento é a crescente e acelerada expropriação de espaços ainda não submetidos à forma-mercadoria – sejam eles os serviços educacionais ou de saúde, antes públicos, sejam os recursos naturais na Amazônia ou os fluxos

de dados da internet.

Para a compreensão do Brasil contemporâneo, essa mudança é central porque, no atual padrão de acumulação de capital, o seu crescimento não está mais limitado pelas fronteiras nacionais, como na dita “era de ouro”; de forma que esses espaços de acumulação interessam em parte – e não em seu conjunto – para o processo global da acumulação. Neste sentido, são solapadas as condições materiais dos chamados “projetos nacionais de desenvolvimento econômico” dos países periféricos, nos quais se propunha integrar as diversas regiões por meio da industrialização, que, numa síntese, internalizaria a dinâmica de acumulação de capital, engendrando emprego e renda e, assim, difundindo os benefícios do progresso técnico para o conjunto da população.

Com novas condições da produção global de mercadorias, os espaços econômicos nacionais se tornam espaços rentáveis, para sermos esquemáticos, caso arquem com os custos da combinação de volumosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento com a garantia da rentabilidade dos capitais; ou caso assegurem novos espaços de acumulação com a tecnologia desenvolvida em outros territórios. A situação da economia brasileira no começo do século XXI indicava a sua proximidade com essa segunda tendência, de modo que os esforços de desenvolvimento tecnológico interno estavam associados às posições predominantes na acumulação mundial. Para ficarmos num exemplo “pop”, por assim dizer, o agronegócio tem seu crescimento atrelado não somente às nego-



ciações dos preços futuros de suas *commodities* nas bolsas internacionais, mas também à pesquisa e ao desenvolvimento de sementes, máquinas agrícolas e inteligência artificial realizadas, em pequena monta, em território nacional, sendo grande parte comandada pelos conglomerados transnacionais do setor.

Diante desse quadro, os ciclos de crescimento da economia brasileira, no começo do século XXI, até proporcionaram a expansão do emprego e da renda; contudo, os empregos gerados ficaram concentrados nos baixos salários e, aos poucos, as promessas de ascensão social foram frustradas, en-

gendrando um acúmulo de ressentimento nas mais diversas camadas da população brasileira. Um prato cheio para os discursos da extrema direita que, do MBL aos seguidores de Olavo de Carvalho, aproveitaram-se desse acúmulo para, culpando uma camada da sociedade (“políticos”, “esquerdistas” e afins), transformá-lo em ódio direcionado ao inimigo interno. Com isso, o diagnóstico de que a situação social local está condicionada pelo padrão da acumulação de capital sai de cena, restando como projeto político a eliminação dos “maus elementos” que compõem a sociedade brasileira.

Esse tipo de discurso ganha tra-

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB Mundial (% anual) – 1961-2020



Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

ção no período de descenso da atividade econômica, característico da década de 10 deste século XXI, no qual tais reações são combinadas com o evidente declínio do horizonte de expectativas que caracteriza as sociedades ocidentais. Porém, há uma atitude aparentemente paradoxal que acompanha essa nova política: como as condições de reprodução do capital estão em declínio, as práticas de patrimonialismo e extrativismo são reforçadas na economia brasileira. Paradoxo aparente, pois o patrimonialismo e o extrativismo são traços marcantes da história da acumulação de capital no território brasileiro, tendo assegurado a concentração dos ganhos da acumulação por aqui e a reprodução do poder político do homem branco. Para lidar com as massas não incluídas na sociedade de classes – majoritariamente negras –, resta o uso indiscriminado da violência.

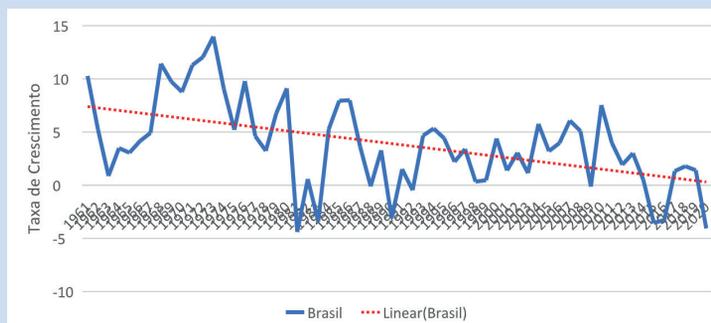
É neste contexto que propomos a compreensão da eleição do governo Bolsonaro e de sua política econômica. Trata-se de um governo eleito para modificar a cultura brasileira, fomentando a autorresponsabilização dos indivíduos por sua existência, em particular dos trabalhadores transformados em “empreendedores”, combinado com os valores morais conservadores. Para ficarmos num exemplo, basta observarmos a política de segurança pública do governo Bolsonaro: armamento em massa do “cidadão de bem” e licença para matar.

A tarefa de criar uma nova cultura exige extirpar quaisquer ganhos econômicos, sociais e políticos, sejam eles reais ou imaginários, conquistados pelas camadas subalternas da sociedade brasileira, deixando-as numa situação de desamparo tamanho que

dependerão, ao extremo, somente de si mesmas. Neste sentido, a mudança do Bolsa Família para o Auxílio Brasil não é fortuita. Embora o conjunto dos analistas tenha reforçado o caráter eleitoral deste último programa, poucos observaram que ele é um programa adequado ao projeto do governo Bolsonaro. Ao não exigir qualquer contrapartida pela transferência de renda (seja vacinação, seja frequência escolar dos filhos do beneficiário), esse tipo de política pública não proporciona às populações mais vulneráveis o acesso ao mínimo de benefício da ordem social moderna (o letramento e a vacinação). Ao contrário, deixa-as por sua própria sorte e exime o Estado brasileiro destes gastos. Até porque, diante da inserção do Brasil no padrão de acumulação de capital contemporâneo, o Estado deve ser, sobretudo, um meio para reforçar o patrimonialismo e a expropriação, sem o menor verniz de assistência social.

O princípio de autorresponsabilização dos indivíduos pode ser exemplificado, ainda, na maneira como o governo Bolsonaro lidou com a pandemia da Covid-19 – cuja origem, diga-se de passagem, está no próprio avanço da produção mercantil sobre a natureza. Grande responsável pelo declínio econômico no ano de 2020, a extensão da pandemia para o ano de 2021, deveu-se, sobretudo, à resposta do governo Bolsonaro a essa grave doença. Enquanto as lideranças sérias dos países centrais e emergentes adotaram políticas contundentes para impedir a circulação do vírus e destinaram recursos para combater seus efeitos e pesquisar uma vacina para imunização das suas populações, o Brasil assistiu a uma política que apostou nas ficções da “imunidade de

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do PIB Brasileiro (% anual) – 1961-2020



Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

rebanho” e do “tratamento precoce”, negando a pesquisa da vacina e, quando essa já estava em amplo uso, negando sua eficácia e sua compra; até o momento em que essa postura se tornou insustentável. Como consequência, mais de 600 mil vidas foram ceifadas, segundo as estatísticas oficiais.

Condizente com a estratégia política do governo, a equipe econômica continuou a contingenciar recursos dos setores que poderiam desenvolver vacina ou medicamentos para combater a doença (como a Fiocruz e as universidades federais), dirigindo seus esforços para assegurar a liquidez do setor financeiro, enquanto o restante da economia se submetia ao crescente risco do crédito para tentar manter sua atividade. O resultado foi, numa síntese, o declínio acentuado da atividade econômica; mitigado somente porque, numa espécie de mea-culpa, o Congresso Nacional inventou o “orçamento de guerra” e o Auxílio Emergencial, que conseguiram reduzir o estrago da política econômica do governo Bolsonaro, ao injetarem recursos nos setores de saúde e aquecerem a demanda das famílias, pelo menos em 2020.

No final do ano de 2021, 20 meses após o início da pandemia,

a posição brasileira de espaço somente para a acumulação de capital está mais do que reforçada, com destaque para o avanço da autorresponsabilização dos indivíduos e para o aumento da concentração da renda e da riqueza. Situação que é expressa nos indicadores mais importantes da economia, como a inflação, o desemprego, a desvalorização cambial e, sobretudo, a fome. Diante disso, fica a questão: como superar essa camisa de força do padrão de acumulação global combinada com as forças econômicas e políticas locais que se beneficiam amplamente desta forma de inserção?

* É professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** É graduada em Sociologia e em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com mestrado em Sociologia pela mesma instituição.



CLIQUE E OUÇA

Contribuições do governo Bolsonaro para a crise ecológica

Layza da Rocha Soares*

Longe dos objetivos de desenvolvimento sustentável sugeridos pela Organização das Nações Unidas – de crescimento econômico com redução da pressão ambiental e maior bem-estar social – o Brasil se aprofunda em uma intensa crise econômica, social e ecológica nos últimos três anos. Com recorde no número de pessoas desempregadas no país¹, com o retorno e rápido crescimento de pessoas passando fome², ao mesmo tempo em que a lista de bilionários brasileiros aumenta, grandes bancos brasileiros atingem lucros máximos e as exportações do agronegócio e de minério de ferro batem recorde. Dentro deste contexto de agravamento da desigualdade social, sem o tão buscado crescimento do PIB, intensifica-se a problemática ambiental no país com o aumento do desmatamento, da poluição do ecossistema, da destruição das condições de vida de populações tradicionais que contribuem substancialmente com a preservação da natureza, entre outros.

Ainda que as três crises estejam relacionadas, devido ao modo de crescimento econômico brasileiro e sua inserção internacional como grande provedor de produtos primários agrícolas e minerais de baixo valor agregado, a intensificação da crise ecológica sob a administração do governo atual será o foco deste artigo.

As condições ambientais no Brasil se agravam ainda mais após a eleição presidencial em 2018, através de uma nova configura-

ção política e de gestão ambiental. Do discurso antiambientalista nas campanhas eleitorais à prática após o resultado das eleições, o que ocorre no país a partir de 2019 é um desmonte das políticas ambientais através da redução do papel de órgãos ambientais relevantes na fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), e do próprio Ministério do Meio Ambiente.

Esse desmonte ocorre através de cortes no orçamento, inúmeras demissões, exonerações e extinção de cargos (muitos cargos de direção assumidos por militares), desautorização de operações de fiscalização, extinção de antigas normas e estabelecimento de novas regras³, tentativas de transferência da responsabilidade pela demarcação das terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura⁴, mudança na composição e no funcionamento de órgãos como o Conselho Nacional do Meio Ambiente⁵, alteração do marco regulatório para avaliação de riscos de agrotóxicos⁶, projeto de ocupação de parte da Amazônia⁷, entre outros⁸.

Como promessa de campanha eleitoral pela Presidência da República, nenhum centímetro de terra indígena foi demarcado, permanecendo 64% dessas áreas sem regularização. Mas ocorreram mudanças regulatórias que afetam a dinâmica desses territórios, como, por exemplo, a Instrução Normativa nº9 da Funai de 16 de abril

de 2020 e a Instrução Normativa Conjunta da Funai e do Ibama nº1 de 22 de fevereiro de 2021.

A primeira normativa permite a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas – o que inclui aquelas terras já delimitadas, as declaradas que estão em estágio avançado de demarcação e as com restrição de uso em razão da presença de povos isolados. Esta normativa possibilita a legalização de áreas indígenas invadidas em nome de posseiros, grileiros e outros invasores e pode colaborar para o aumento da violência na disputa por terras no campo.

O número de terras indígenas reguladas invadidas para fins possessórios, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio aumentou de 111 em 2018 para 256 em 2019, e 263 em 2020. Neste último ano, foram 1.191 casos de violência contra o patrimônio de 145 povos indígenas, localizados em 19 estados. Entre os invasores estão madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, grileiros etc. Outro fator extremamente preocupante é o considerável aumento de assassinatos de indígenas, que passaram de 113 em 2019 para 182 em 2020. Somadas à violência e devastação ambiental nas terras indígenas, as contaminações de importantes cursos d'água cresceram nesse período, especialmente pelo mercúrio utilizado nas atividades ilegais de garimpo e mineração⁹.

Já a Instrução Normativa Conjunta da Funai e do Ibama nº1 de 22 de fevereiro de 2021 dispõe sobre o licenciamento ambiental



de empreendimentos ou atividades localizadas ou desenvolvidas em terras indígenas. A Instrução cria condições para que organizações de composição mista de indígenas e não indígenas possam explorar economicamente essas áreas, ampliando as possibilidades de influência de atores não indígenas nesses territórios com interesses muito diferentes dos povos tradicionais, bem como a expansão do desmatamento e de monocultivos nesses territórios. Além disso, a normativa viola o princípio do usufruto exclusivo previsto no artigo nº 231, parágrafos 2º e 4º da Constituição Federal de 1988.

A atuação do governo na área ambiental é muito bem sintetizada pela fala do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles: aproveitar o período da pandemia para “ir passando a boiada, ir mudando todo o regimento e simplificando normas” ambientais. E o resultado dessa execução política se expressa através do aumento das taxas de

desmatamento, do crescimento de queimadas e outras consequências socioambientais.

De 2018 a 2021, a taxa anual de desmatamento da Amazônia Legal aumentou continuamente de 7.536 para 13.235 km²¹⁰. Este número equivale a mais de dez cidades do Rio de Janeiro. Embora o ano de 2021 ainda não tenha terminado, a área desflorestada é a maior dos últimos 15 anos. O desmatamento se intensifica com o crescimento dramático do número de queimadas nos últimos três anos, que atingiu novo recorde de 38.845 casos de focos ativos de incêndio no Estado do Amazonas e no bioma Pantanal em 2020¹¹, com grande ocorrência em Unidades de Conservação. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 45% do desmatamento da Amazônia entre agosto de 2020 e julho de 2021 ocorreu em terras públicas e reservas, que deveriam ser protegidas e preservadas pelo governo federal¹².

Uma das consequências diretas do desmatamento são as emissões brutas de gases do efeito estufa (GEE), que cresceram continuamente de 2018 a 2020, quando atingiram o maior número de emissões desde 2006, com 2,16 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente. A principal causa dessas emissões no país é a mudança de uso da terra e florestas (46% em 2020) – ou seja, desmatamento –, seguida pela atividade agropecuária (26,7%)¹³.

Para além dos inúmeros efeitos ambientais e sociais do desmatamento, estas evidências não são compatíveis com as metas assinadas pelo país no Acordo de Paris em 2016: zerar o desmatamento ilegal no Brasil, compensar as emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação, restaurar e reflorestar



12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos¹⁴. Nem ao menos com os compromissos internos assumidos, tais como o Decreto 9.578 de 2018, referente à Política Nacional sobre Mudança do Clima, que determinou uma redução de 80% nos índices anuais de desmatamento em relação à média do período 1996-2005; e o Plano Plurianual (PPA) aprovado pelo governo federal em dezembro de 2019, com meta de redução do desmatamento e incêndios ilegais em todos os biomas brasileiros em 90% até 2023.

E menos ainda com a proposta governamental apresentada na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de redução das emissões de GEE em 50% até 2030, diminuir o desmatamento em 15% ao ano até 2024; zerar o desmatamento ilegal até 2028, atingir zero emissão líquida de carbono em 2050, entre outros¹⁵.

Essa última proposta não é só ambiciosa, como também improvável, uma vez que as taxas, como vimos anteriormente, não param de subir. O avanço do desflorestamento é uma consequência direta do desmonte das políticas ambientais de regulação e fiscalização, acompanhado pelo estímulo explícito ao desmatamento, à invasão de terras de populações tradicionais e ao avanço de atividades depredatórias. Enquanto promessas hipócritas são mantidas através da ilusória economia verde, inúmeras vidas são perdidas, modos de vida são exterminados, a biodiversidade se reduz e as condições deletérias para reprodução social futura se ampliam.

* É economista e doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), diretora regional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Economia e Sociedade Brasileira (NEB-UFF) e do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (Finde-UFF).

1 Desde início da série histórica da PNAD contínua em 2012. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/desemprego-mantem-recorde-de-147-diz-ibge>

2 http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf, https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf

3 Como o Decreto 9759/2019, que extingue comissões, fóruns e planos relevantes para a conservação ambiental.

4 Através das Medidas Provisórias de nº 870, de 1º de janeiro, e de nº 886, de 18 de junho de 2019.

5 Reduziu substancialmente a quantidade de integrantes e o número de cadeiras da sociedade civil – Decreto 9806/2019.

6 A Anvisa publicou novo marco regulatório para agrotóxicos em julho de 2019, no qual pesticidas considerados altamente tóxicos passaram a ser classificados como de toxicidade moderada.

7 Projeto “Barão do Rio Branco”.

8 Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. *Cronologia de um desastre anunciado: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil*. Brasília, Ascema Nacional. Fearnside, Philippe M., 2020, *O novo presidente do Brasil e “ruralistas” ameaçam o meio ambiente, povos tradicionais da Amazônia e o clima global*, Brasil, Amazônia Real.

9 <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>

10 Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>, acesso em 23/11/2021.

11 https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/.

12 <https://ipam.org.br/invasao-de-terras-publicas-foi-a-principal-cao-do-desmatamento-na-amazonia/>

13 https://plataforma.seeg.eco.br/total_emissao#.

14 https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/clima/convencao/indc/BRAZIL_iNDC_english.pdf > Acesso em 24/11/2021.

15 <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/11/com-meta-ambiciosa-brasil-anuncia-reducao-de-50-nas-emissoes-de-carbono-ate-2030>



CLIQUE E OUÇA

Saneamento, sempre o preterido



Desde 2018, o debate acerca das privatizações tem se intensificado em função da agenda neoliberal do presidente eleito no ano em questão. O ano de 2021, em particular, ficou marcado pela concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae), em um projeto de cifras bilionárias que delega ao setor privado boa parte das atividades atualmente sob a tutela da estatal fluminense.

A execução dos leilões da concessão chegou em um momento muito delicado. Além da crise de saúde pública em razão da pandemia, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) em particular vem sofrendo com uma severa crise hídrica nos últimos anos, que tem comprometido fortemente a qualidade da água que chega aos seus cidadãos.

Diante desse cenário, o momento parece ser ideal para discutir a esfera do saneamento básico na região, avaliando como

andam os investimentos na área nos últimos anos e buscando correlações e perspectivas sobre os possíveis impactos da recente concessão da Cedae.

Para esta análise, foram utilizados dados de 2015 a 2021 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Portal Contas Rio, Portal da Transparência, Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Plurianual (PPA) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)¹.

Os valores foram deflacionados pelo IPCA de outubro de 2021.

Saneamento no Orçamento Fluminense

O primeiro ponto importante a se notar é a clara discrepância entre as duas contas de Dotação Inicial e Despesa Liquidada na função Saneamento, que se repete ao longo de todos os anos da série histórica, com mais intensidade no triênio 2015-2017 (gráfico 1). Em

2020, por exemplo, a Despesa Liquidada de fato foi de aproximadamente R\$101,3 milhões, valor correspondente a apenas 13,8% da Dotação Inicial estimada para o mesmo ano (R\$729,9 milhões).

Tal contraste mostra que o Estado tem superestimado cronicamente a sua receita anual, sinalizando uma não priorização por parte das autoridades em relação à aplicação dos recursos em saneamento estabelecida na LOA.

Seja qual for o fator de origem desse fenômeno, o problema de baixo investimento nessa função está posto e segue prejudicando a população fluminense — de acordo com dados do SNIS, o ERJ tem o segundo pior índice de coleta de esgoto e a pior porcentagem de esgoto tratado da região Sudeste; cerca de 35,6% da população não tem acesso à coleta de esgoto e menos de 40% do esgoto coletado no RJ é tratado.

É possível perceber, ainda no

gráfico 1, o agravamento dessa situação nos anos posteriores — entre 2017 e 2020, a despesa liquidada na função Saneamento caiu de R\$ 534 milhões para R\$ 101 milhões, o que representa uma queda de mais de 81%. O começo desse declínio coincide justamente com o ano de 2018, quando, no ano anterior, o ERJ foi o único do país a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em função da severidade de sua crise econômica, manifestada no forte declínio e estagnação das receitas estaduais a partir de 2015.

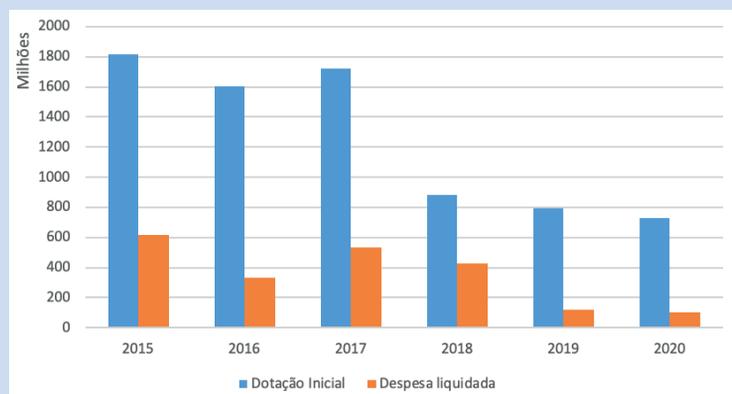
Quanto aos componentes específicos da função, percebe-se a predominância de dois programas: Saneamento Básico e o Pacto pelo Saneamento. O primeiro diz respeito aos gastos gerais com saneamento básico no Estado; o segundo é um programa instituído em 2011 pelo Decreto nº 42.930 e tem como objetivo principal a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.

No gráfico 2, podemos observar a evolução destes dois programas na série histórica. É nítido o padrão de queda nos gastos. O crescimento da função Saneamento entre 2016 e 2017 é puxado pelo forte crescimento do programa do Pacto pelo Saneamento no mesmo período, mas o mesmo passa a declinar progressivamente a partir de 2017 junto com os gastos em saneamento básico.

Saneamento no Orçamento Municipal

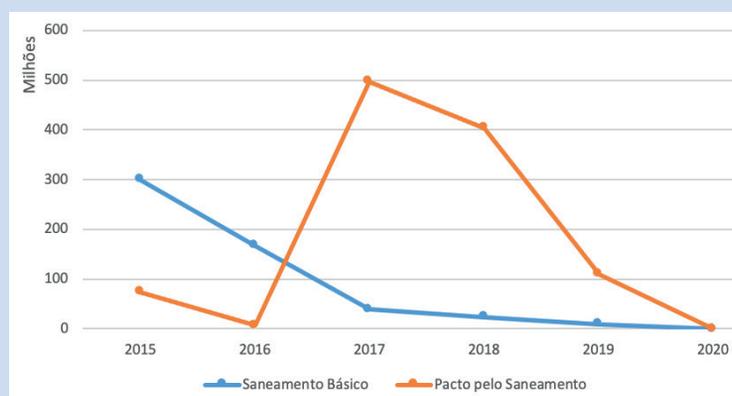
A falta de um saneamento de qualidade ainda é um desafio permanente e na capital, com as chu-

Gráfico 1 – Evolução da função saneamento no ERJ de 2015 a 2020 (Em milhões de R\$)



Fonte: RREO's de 2015 a 2020. Elaboração própria. Último acesso: 18/11/2021.

Gráfico 2 – Evolução dos Programas de Saneamento do ERJ de 2015 a 2020 (Em milhões de R\$)



Fonte: Portal Transparência Fiscal. Elaboração própria. Último acesso: 18/11/2021.

vas de verão, tal fato fica mais evidente. Entre 2015 e 2020, o valor médio anual dotado e liquidado no saneamento carioca foi de R\$ 1,02 bilhão e R\$866 milhões, respectivamente. Chama atenção a queda dos valores ao decorrer dos anos (gráfico 3); os melhores desempenhos em 2015 e 2016 estão relacionados aos valores significativos destinados pelo governo federal para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos anos seguintes, percebe-se que o saneamento foi impactado pelo corte de

gastos. Em relação a 2021, até o 4º bimestre, R\$ 372 milhões foram liquidados; o valor é próximo ao mesmo período do ano anterior.

A fim de analisar mais detalhadamente o orçamento, identificamos seis programas que pertencem à Função (gráfico 4). O programa que tem o maior peso (71%) é o de Gestão Sustentável da Limpeza Urbana, que se propõe a melhorar as condições sanitário-ambientais da cidade e a promover a coleta, o tratamento e a destinação sustentável do lixo urbano. Em seguida, o valor liqui-

dado no programa de Expansão do Saneamento, que tem por objetivo consolidar o saneamento da cidade, reduzir o despejo de esgoto sem tratamento nos rios, foi de R\$ 331 milhões em 2016 para 14,4 milhões em 2020. Vale destacar que as principais ações deste programa são: “Implantação de sistemas de manejo de águas pluviais e de infraestrutura urbana das bacias hidrográficas da zona oeste” e “Implantação do sistema de esgoto sanitário na zona oeste”.

Já as despesas com o programa de Controle de Enchentes, que visa a reduzir as inundações por meio de melhorias do sistema de drenagem e do controle de pontos de alagamento, caíram de R\$ 281 milhões em 2015 para R\$ 39 milhões em 2020.

No geral, até o início do mês de novembro de 2021, a situação não se mostrou diferente dos últimos anos. Embora a verba da concessão da Cedae, de acordo com os gestores, traga muitas expectativas para investimentos no Saneamento durante os próximos anos, na LOA de 2022 a estimativa é de que apenas R\$ 810 milhões sejam destinados à função.

Concessão da Cedae

O projeto de concessão consiste em passar para a iniciativa privada as responsabilidades de distribuição de água e de esgotamento sanitário (coleta e tratamento) em mais de 40 municípios por 35 anos. Parte da Cedae permanecerá estatal, sendo responsável por captar e tratar a água que será distribuída pelas empresas vencedoras dos leilões da concessão.

A operacionalização do projeto se dá por uma divisão do Estado em 4 blocos, a serem leiloados separadamente. Os blocos 1, 2 e 4 foram

arrematados em leilões no primeiro semestre de 2021. Até o momento da redação deste artigo, o bloco 3 ainda não foi arrematado. Os blocos leiloados geraram uma receita de mais de R\$ 22 bilhões para os cofres do ERJ. Parte desse valor já tem destino: cerca de R\$ 2,6 bilhões devem ir para a despoluição da Baía de Guanabara e um mínimo de R\$ 1,8 bilhão está previsto para o investimento na infraestrutura de favelas e comunidades.

A concessão da Cedae surgiu como parte de um projeto mais amplo: a meta de universalização da coleta de esgoto e do fornecimento de água potável no Brasil até o fim de 2033, conforme previsto no novo marco legal do saneamento básico. Segundo o governo do ERJ, seria impossível cumprir esse objetivo sem a participação do investimento privado, o que explicaria o projeto de concessão.

No âmbito municipal, de acordo com o plano “Rio Futuro”², os R\$ 5,4 bilhões que a prefeitura irá receber até o ano de 2026 oriundos da concessão da Cedae serão distribuídos da seguinte forma: educação (R\$ 1,67 bilhão), saúde (R\$ 1,1 bilhão), ações de infraestrutura (R\$ 1,44 bilhão), projetos para alavancar novas economias (R\$ 950 milhões) e em desenvolvimento urbano (R\$ 300 milhões). Dos 18 projetos que constam no plano, identificamos os que impactam o saneamento: criação de um parque linear combinando técnicas de drenagem ao longo do Rio Cabuçu-Piraquê e outro mesmo projeto no Rio Acari, sistema lagunar em Jacarepaguá, parque às margens do Rio Irajá com ações de drenagem (Cordovil, Brás de Pina e Quitungo) e o projeto Bairro Maravilha, que visa à requalificação urbana de vias públicas.

Vale destacar que, por meio dos sistemas que acompanham a execução orçamentária do município, não foi possível identificar em quais áreas os R\$ 3,7 bilhões que a cidade recebeu no ano de 2021 foram investidos. Na audiência pública do dia 24 de novembro de 2021, representantes do Legislativo questionaram esse ponto, mas todos ainda se encontram sem resposta do Executivo. Já para 2022, uma nova fonte para identificar a origem dos recursos foi criada. Nesta fonte, estarão R\$ 200 milhões a serem investidos em revitalização, com obras de pavimentação e drenagem de diversos espaços, e R\$ 50 milhões em implantação de sistemas de manejo de águas pluviais e de infraestrutura nas bacias hidrográficas.

Considerações Finais

As principais justificativas para a diminuição dos recursos estão baseadas na crise que atinge os orçamentos estadual e municipal e nas medidas de ajuste fiscal. Enquanto isso, a população é impactada diretamente pela falta de serviços básicos ligados à saúde e à vida digna.

Usando essa justificativa e o sucateamento da Cedae, com o objetivo de ganhar o apoio populacional, parte da Companhia foi privatizada. Em troca, os interessados em transformar o importante patrimônio público em um instrumento de enriquecimento privado prometeram que uma parte dos recursos obtidos com a concessão seria investida em saneamento, mas até então não existe um planejamento eficiente e não há previsões



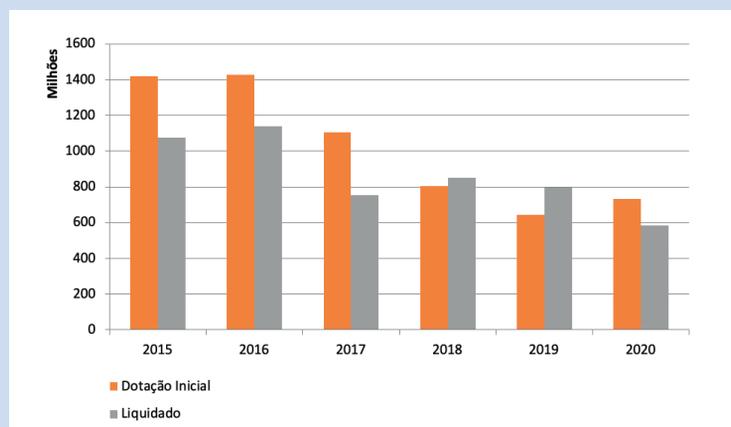
Carolina Gonçalves/Agência Brasil

orçamentárias claras e objetivas para os próximos anos.

1 Sistema do Governo Federal, associado ao Ministério de Desenvolvimento Regional.

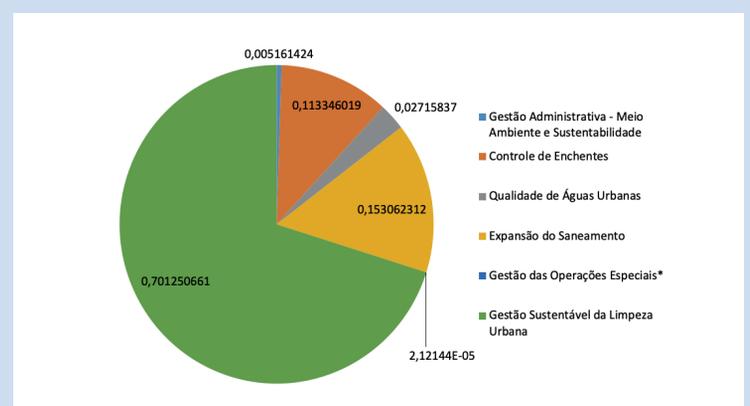
2 Plano de uso pelo município dos recursos da concessão da Cedae.

Gráfico 3 – Evolução da Função Saneamento no MRJ de 2015 a 2020 (Em milhões de R\$)



Fonte: RREOs de 2015 a 2020. Elaboração própria. Último acesso: 16/11/2021.

Gráfico 4 – Peso dos Programas da Função Saneamento do MRJ de 2015 a 2021 (Em %)



*Somou R\$ 119 mil apenas. Fonte: Portal Contas Rio de 2015 até o 4º bimestre de 2021. Elaboração Própria. Último acesso: 03/11/2021.

Prezados leitores, a publicação de artigos do Fórum Popular do Orçamento no Jornal dos Economistas será interrompida, mas continuamos com nossa missão de promover a democratização do Orçamento Público e sua instrumentalização para a luta social. Ampliaremos e intensificaremos a nossa presença nas redes sociais (Instagram: @fpo_rj / Facebook: www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj).

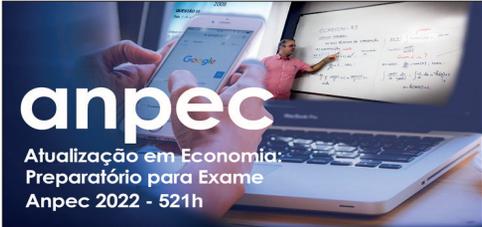
FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj
Coordenação: Ana Krishna Peixoto, Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques. Assistentes: Carina Oliveira e João Pedro Melo

Parabéns aos aprovados no exame da Anpec

O Corecon-RJ parabeniza os alunos aprovados no exame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) da turma de 2021 do nosso curso preparatório para a Anpec *online* com aulas ao vivo.

Confira o resultado: Deivis Kappes, UFRJ em 33º, Unicamp em 20º, UFRGS (ED) em 4º com bolsa, UnB, UFJF e UEM; Gustavo da Silva Costa, UFRJ, UFF, UFJF, UFMG e Uerj; Isabela Duarte Kelly, UFF, UFRJ em 21º e Unicamp; Isadora Bonitz Silva Gomes, UFRJ, UFF, Uerj, USP-RP, UFJF e UnB; João Marcus Lima de Queiroz, PUC-SP e UFF; Paulo Vitor dos Santos Lima, PUC-SP, UFRJ, UnB, USP-RP, Ufes, UFJF e Unifesp.

As inscrições para o curso preparatório para o exame da Anpec 2022 do Corecon-RJ já estão abertas. Essa é a sua chance de atualizar seus conhecimentos na área de Economia e se preparar o exame. Só o Corecon-RJ tem um curso com mais de 40 anos de tradição. É possível cursar matérias isoladas. Inscreva-se já!



anpec
Atualização em Economia:
Preparatório para Exame
Anpec 2022 - 521h

Aulas On-line

- AO VIVO
- Acesso gravações
- Simulado 4h
- Inscrições abertas

Março a Setembro/2022 | a partir das 18h30 | Certificado | Material digital incluso

Informações: cursos@corecon-rj.org.br
Tel.: 21 2103 - 0118 - 2ª a 6ª feiras | 10h às 18h
www.corecon-rj.org.br/agendados
Av. Rio Branco 109 /16 andar

CORECON RJ
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Mais de 40 anos apoiando a formação de Mestres e Doutores em Economia

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	ATÉ SET/20	ATÉ SET/21	REFERÊNCIAS	ATÉ SET/20	ATÉ SET/21
ATIVO FINANCEIRO	7.301.441,65	8.043.381,11	PASSIVO FINANCEIRO	481.118,01	391.264,93
DISPONÍVEL	5.379.249,74	2.597.334,66	DÍVIDA FLUTUANTE	77.405,52	75.673,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS	1.200,00	1.200,00	PESSOAL A PAGAR	438,40	-
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	1.879.109,33	3.388.746,96	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	48.477,47	53.114,77
RESULTADO PENDENTE	41.882,58	2.056.099,49	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	13.814,77	19.066,17
ATIVO PERMANENTE	25.339.252,45	34.458.968,29	OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.674,88	3.492,06
BENS PATRIMONIAIS	1.803.504,18	1.799.552,46	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	-	-
VALORES	1.117,64	1.117,64	RESULTADO PENDENTE	403.712,49	315.591,93
CRÉDITOS	23.534.630,63	32.658.298,19	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	32.159.576,09	42.111.084,47
TOTAL GERAL	32.640.694,10	42.502.349,40	TOTAL GERAL	32.640.694,10	42.502.349,40

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODO EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JUL A SET/20	JUL A SET/21		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	136.316,26	300.845,65	ANUIDADES	164.529,39	120,7
PATRIMONIAL	52.184,63	29.895,13	PATRIMONIAL	(22.289,50)	-42,7
SERVIÇOS	551,70	14.296,79	SERVIÇOS	13.745,09	2491,4
MULTAS E JUROS DE MORA	-	7.546,63	MULTAS E JUROS DE MORA	7.546,63	-
DÍVIDA ATIVA	100.294,04	459.620,74	DÍVIDA ATIVA	359.326,70	358,3
DIVERSAS	24.449,52	117.408,84	DIVERSAS	92.959,32	380,2
TOTAL GERAL	313.796,15	929.613,78	TOTAL GERAL	615.817,63	196,2
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.179.355,69	1.158.843,64	DE CUSTEIO	(20.512,05)	-1,7
PESSOAL	648.719,35	645.290,48	PESSOAL	3.428,87	0,5
MATERIAL DE CONSUMO	229,80	9.819,23	MATERIAL DE CONSUMO	9.589,43	4172,9
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	530.406,54	503.733,93	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(26.672,61)	-5,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.059,53	176.987,66	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	122.928,13	227,4
DESPESAS DE CAPITAL	-	8.490,00	DESPESAS DE CAPITAL	8.490,00	-
TOTAL GERAL	1.233.415,22	1.344.321,30	TOTAL GERAL	110.906,08	9,0
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(919.619,07)	(414.707,52)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	504.911,55	-54,9